

## DECISÃO COREN-CE Nº. 08/2009

***Normatiza a criação, organização, funcionamento, eleição das Comissões de Ética de Enfermagem nas instituições de saúde no estado do Ceará.***

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará – COREN – CE, no uso de sua competência e atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO**, a Resolução COFEN 311/2007, que institui o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem na jurisdição de todos os Conselhos Regionais de Enfermagem;

**CONSIDERANDO**, a Resolução COFEN 172/1994 que normatiza a criação da Comissão de Ética de Enfermagem nas instituições de saúde;

**CONSIDERANDO**, a deliberação do Plenário do COREN – CE em sua 404ª Reunião Ordinária ocorrida no dia 21 de setembro de 2009;

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Fixar normas para a criação das Comissões de Ética de Enfermagem em todas as Instituições em que tenham seu quadro de pessoal formado por Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem ou ainda exclusivamente por Enfermeiros.

**Art. 2º** - Adotar o Regulamento das Comissões de Ética de Enfermagem, parte integrante da presente Decisão.

**Art. 3º** - Revoga-se a Decisão COREN-CE 002/2002.

**Art. 4º** - Os casos omissos no presente ato decisórios serão resolvidos pelo COREN-CE.

**Art. 5º** - A presente Decisão entrará em vigor após homologação pelo COFEN e for publicada no órgão de Imprensa Oficial da Autarquia.

## **REGIMENTO PARA A CRIAÇÃO, FORMAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE ÉTICAS DE ENFERMAGEM.**

### **CAPÍTULO I – DEFINIÇÃO**

**Art. 6º** - As Comissões de Éticas de Enfermagem (C.E.E.) constituem, por delegação do Conselho Regional de Enfermagem, uma atividade das Instituições de prestação de serviço de Enfermagem, estando a ele vinculadas, tendo funções educativas, fiscalizadoras e consultivas do exercício profissional e ético dos profissionais de enfermagem nas referidas Instituições.

**Art. 7º** - As Comissões de Éticas de Enfermagem são vinculadas ao COREN-CE e devem manter a sua autonomia em relação às Instituições onde atuam, não podendo ter qualquer vinculação ou subordinação à Enfermeira Responsável Técnica ou a Gerência/Diretoria de Enfermagem da instituição.

Parágrafo Único – Cabe ao Enfermeiro Responsável Técnico prover condições necessárias ao desenvolvimento do trabalho da C.E.E.

**Art. 8º** - As finalidades da Comissão de Ética de Enfermagem são: educativa, opinativa, consultiva, fiscalizadora, divulgadora do código de ética e de assessoramento nas questões éticas do exercício profissional, nas áreas de assistência, gerência, ensino, pesquisa.

I – Garantir a conduta ética dos profissionais de Enfermagem nas instituições;

II – Zelar pelo exercício ético dos profissionais de Enfermagem nas instituições, combatendo o exercício ilegal da profissão, educando, discutindo e divulgando o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;

III – Notificar ao Conselho Regional de Enfermagem do Ceará as irregularidades, reivindicações, sugestões e infrações éticas.

### **CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA.**

**Art. 9º** - As Comissões de Éticas de Enfermagem serão compostas por 01 (um) Presidente, 01 (um) Secretário e demais membros efetivos e suplentes, eleitos das categorias: Enfermeiro, Técnico e/ou Auxiliar de Enfermagem, com vínculo empregatício com a Instituição.

§ 1º – Nas Instituições cujo quadro for preenchido somente por Enfermeiros, a C.E.E. será composta exclusivamente por este profissional.

§ 2º - O cargo de Presidente somente poderá ser preenchido por Enfermeiro.

**Art. 10** - As Comissões de Ética serão instaladas obedecendo aos seguintes critérios de proporcionalidade:

a) Instituições com 3 (três) a 15 (quinze) Enfermeiros, a C.E.E. deverá ser composta por até 5 (cinco) membros efetivos, sendo 3 (três) Enfermeiros e 2 (dois) Técnicos ou Auxiliares de Enfermagem e igual número de suplentes;

b) Instituições com 16 (dezesesseis) a 99 (noventa e nove) Enfermeiros, a C.E.E. deverá ser composta por até 7 (sete) membros efetivos, sendo 4 (quatro) Enfermeiros e 3 (três) Técnicos ou Auxiliares de Enfermagem e igual número de suplentes;

c) Instituições com 100 (cem) a 299 (duzentos e noventa e nove) Enfermeiros, a C.E.E. deverá ser composta por até 9 (nove) membros efetivos, sendo 5 (cinco) Enfermeiros e 4 (quatro) Técnicos ou Auxiliares de Enfermagem e igual número de suplentes;

d) Instituições com o número acima de 300 (trezentos) Enfermeiros, a C.E.E. deverá ser composta por até 11 (onze) membros efetivos, sendo 6 (seis) Enfermeiros e 5 (cinco) Técnicos ou Auxiliares de Enfermagem e igual número de suplentes;

e) Nos Municípios ou regiões onde as entidades têm a mesma mantenedora, onde cada uma possua menos de 5 (cinco) Enfermeiros, será permitido a constituição de Comissão de Ética de Enfermagem, representativa do conjunto das referidas unidades, obedecendo-se as disposições acima quanto à proporcionalidade;

**Parágrafo único:** Esta regra pode ser aplicada às Secretarias Municipais e/ou Estaduais de Saúde, ou ainda, nas Instituições vinculadas à Medicina de Grupo (Ambulatorial, Laboratórios, entre outros).

**Art. 11** - O Enfermeiro que exerça cargo de Responsável Técnico de Enfermagem, não poderá participar da C.E.E.

**Art. 12** - O tempo de mandato das C.E.E será de 3 (três) anos, sendo admitida uma reeleição.

### **CAPÍTULO III – DA COMPETÊNCIA**

**Art. 13** - Compete às Comissões de Ética de Enfermagem:

- a) Divulgar e fiscalizar o cumprimento do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, da Lei e do Decreto acerca do Exercício Profissional, assim como as Resoluções emanadas pelo COFEN e Decisões do COREN-CE;
- b) Colaborar com o COREN-CE na tarefa de discutir, divulgar, educar e orientar os temas relativos à Enfermagem;
- c) Comunicar ao COREN-CE a ausência de condições de trabalho da equipe de enfermagem, que venham a comprometer a qualidade da assistência de Enfermagem prestada ao cliente;
- d) Comunicar ao COREN-CE o exercício ilegal da profissão, bem como quaisquer indícios de infração à Lei do Exercício Profissional ou dispositivos éticos vigentes;
- e) Instaurar sindicância, instruí-la e elaborar relatório, sem emitir juízo, encaminhando-a ao Enfermeiro Responsável Técnico, para as providências administrativas se houver e ao COREN-CE conforme norma própria;
- f) Solicitar ao Presidente do COREN-CE, apoio técnico de um Conselheiro, quando o fato ocorrido assim o requeira;
- g) Encerrar a sindicância nos casos de não se constatar indícios de infração ética, arrolando todos os documentos, elaborando relatório para arquivo na Instituição;
- h) A C.E.E. deverá enviar ao COREN – CE até o dia 15 de janeiro de cada ano, relatório de suas atividades dentro da instituição, correspondente ao ano anterior, informando o número de sindicâncias abertas e demais dados considerados importantes, para análise do COREN – CE;
- i) Comunicar ao COREN-CE indícios de exercício ilegal, bem como a prática irregular da assistência aos pacientes por qualquer membro da equipe de Saúde da Instituição;
- j) Manter junto ao COREN-CE o cadastro dos profissionais de enfermagem atualizado;
- k) Propor e participar em conjunto com o Responsável Técnico e Educação Continuada de Enfermagem, ações preventivas junto à equipe de enfermagem.

**Art. 14** - Compete aos membros da Comissão de Ética de Enfermagem.

- a) Eleger Presidente, Vice-presidente e Secretário;
- b) Comparecer às reuniões da Comissão, discutindo e opinando sobre as matérias em pauta;
- c) Garantir o exercício do amplo direito de defesa àqueles que vierem responder sindicâncias;
- d) Desenvolver demais atribuições previstas no presente regimento.

**Art. 15** - Compete ao Presidente da Comissão de Ética de Enfermagem:

- a) Presidir, coordenar e dirigir as reuniões da Comissão;
- b) Planejar e controlar as atividades programadas;
- c) Elaborar relatório com os resultados dos casos analisados e encaminhar à chefia/diretoria/supervisão de enfermagem para ciência e demais providências administrativas;
- d) Elaborar relatório de acordo com o preconizado e encaminhar ao COREN-CE;
- e) Representar a Comissão de Ética de Enfermagem perante as instâncias superiores, inclusive no COREN-CE;
- f) Solicitar a participação de membros suplentes nos trabalhos, quando necessário;
- g) Solicitar ao Presidente do COREN-CE, apoio da Comissão de Ética, quando o caso assim requeira;
- h) Nomear os membros sindicantes para convocar e realizar audiências.

**Art. 16** Ao Vice-Presidente da Comissão compete:

- I – Participar das Reuniões da C.E.E.;
- II – Colaborar no planejamento e controle das atividades da C.E.E.;
- III – Substituir o Presidente na ausência do mesmo.

**Art. 17** - Compete ao Secretário da Comissão de Ética de Enfermagem:

- a) Secretariar as reuniões e registrá-la em ata;
- b) Verificar o quorum nas sindicâncias;
- c) Colaborar com o presidente nos trabalhos atribuídos à C.E.E.;
- d) Realizar as convocações dos denunciados e denunciantes, bem como das testemunhas;
- e) Organizar arquivo referente aos relatórios de sindicância.

**Art. 18** Os membros efetivos deverão comparecer às reuniões, com direito a voto, e a quaisquer outras atividades promovidas pela Comissão de Ética de Enfermagem, representando-a quando solicitado.

#### **CAPÍTULO IV – DAS ELEIÇÕES**

**Art. 19** – Os membros da Comissão de Ética de Enfermagem serão eleitos através de voto facultativo, secreto e direto.

**Parágrafo único** – A relação dos nomes dos candidatos deverá ser afixada em local de fácil acesso a todos os profissionais de enfermagem, por 7 (sete) dias, para ciência e manifestação.

**Art. 20** – Os candidatos serão subdivididos em dois grupos:

- Grupo I – correspondente ao Quadro I, da categoria de Enfermeiros;
- Grupo II – correspondente aos quadros II e III, respectivamente dos Técnicos e Auxiliares de Enfermagem.

**Parágrafo único** – Os Enfermeiros eleitores votarão nos candidatos do Grupo I e os Técnicos e Auxiliares de Enfermagem nos candidatos do Grupo II.

**Art. 21** – A convocação da eleição será feita pelo Enfermeiro Responsável Técnico, por Edital a ser divulgado na Instituição no período de 60 (sessenta) dias antes da eleição.

**Art. 22** – O Enfermeiro Responsável Técnico designará uma Comissão Eleitoral com a competência de organizar, divulgar, dirigir e supervisionar todo o processo eleitoral.

**Parágrafo único** - Os membros Comissão Eleitoral não podem ser candidatos à C.E.E.

**Art. 23** – Os candidatos farão sua inscrição individualmente, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data da eleição e a lista dos inscritos, divulgados na Instituição, por ordem alfabética, durante o período mínimo de uma semana.

**Parágrafo único** – A lista de candidatos deverá ser enviada ao COREN-CE para apreciação das condições necessárias de elegibilidade.

**Art. 24** – Os candidatos ao pleito deverão apresentar os seguintes requisitos:

**I** – Estar com a situação inscricional regularizada junto ao COREN-CE seja ela definitiva ou provisória, inclusive com a inexistência de débitos junto ao COREN-CE;

**II** – Quando for inscrição provisória, o candidato deverá efetuar renovação ou inscrição definitiva 10 dias antes da data de vencimento;

**III** – Não estar envolvido em processo ético no COREN-CE;

**IV** – Não estar respondendo a nenhum processo administrativo na instituição.

**Art. 25** – A apuração será realizada pelo (a) Presidente da Comissão Eleitoral, imediatamente após o encerramento do processo, podendo ser assistida por todos os interessados.

§ 1º - Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem o maior número de votos válidos no Grupo I e Grupo II, e os resultados finais deverão ser enviados ao COREN-CE no prazo máximo de 10 dias após o pleito.

§ 2º - Em caso de empate entre dois ou mais candidatos da mesma categoria, proceder ao desempate utilizando-se do critério de maior tempo de exercício profissional na instituição na categoria eleita. Persistindo empate, deverá ser utilizado o tempo de inscrição no Conselho.

**Art. 26** – Recursos e protestos contra qualquer fato relativo ao processo eleitoral, ou contra algum candidato eleito, deverão ser formalizados por escrito dentro de no máximo 48 horas após a eleição e encaminhados, em primeira instância à Comissão Eleitoral e por último, a instância superior – COREN-CE.

**Art. 27** – Homologados os resultados, os membros eleitos serão empossados pelo Conselho Regional de Enfermagem do Ceará.

## **CAPÍTULO V – DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 28** – A Comissão de Ética de Enfermagem eleita deverá estabelecer cronograma de reunião mensal ordinariamente e reunir-se de forma extraordinária, quando necessário.

**Art. 29** – Os atos da Comissão de Ética de Enfermagem relativos à sindicância ou fiscalização, deverão ser sigilosos.

**Art. 30** – As deliberações da C.E.E. serão por maioria simples, sendo prerrogativa do Presidente o “voto Minerva” em caso de empate.

**Art. 31** – As sindicâncias instauradas pelas Comissões de Ética obedecerão aos preceitos contidos nesta Decisão.

**Art. 32** – A sindicância deverá ser instaurada mediante:

- a) Denúncia por escrito, devidamente identificada e, se possível, fundamentada;
- b) Denúncia por escrito do Responsável Técnico de Enfermagem;
- c) Deliberação da própria Comissão de Ética de Enfermagem;
- d) Determinação do Conselho Regional de Enfermagem.

**Art. 33** – Aberta a sindicância, a Comissão de Ética de Enfermagem informará o fato aos envolvidos, procedendo a convocação, se for o caso, para esclarecimentos ou solicitando-lhes no prazo de 7 (sete) dias úteis a partir do recebimento do aviso, manifestação por escrito.

**Parágrafo único** – o profissional de enfermagem que não atender as convocações ou solicitações da C.E.E, deverá ser encaminhado para análise do COREN-CE.

**Art. 34** – Todos os documentos relacionados com os fatos, quais sejam, cópias dos prontuários, livros de registros administrativos, ou outros que possam auxiliar na elucidação dos fatos, deverão ser mantidos junto à sindicância.

**Parágrafo único** – o acesso a estes documentos e aos autos é facultado somente às partes e/ou aos seus representantes, estes devidamente constituídos, e à Comissão de Ética de Enfermagem, preservando assim o sigilo.

**Art. 35** – O Presidente da Comissão de Ética de Enfermagem nomeará um membro sindicante para realizar audiências, analisar documentos e elaborar relatório à Comissão.

**Art. 36** - Concluída a coleta de informações, a Comissão de Ética de Enfermagem deverá reunir-se para analisar e emitir relatório final, sem emitir juízo.

**Parágrafo único** – Caso necessário, a Comissão de Ética de Enfermagem poderá solicitar novas diligências para melhor elucidar os fatos.

**Art. 37** – Quando for evidenciada a existência de indícios de infração ética, a sindicância deverá ser encaminhada ao Conselho Regional de Enfermagem, para a tramitação competente.

**Art. 38** – Quando o fato for de menor gravidade e que não tenham acarretado danos a terceiros, sem infringir ao Código de Ética, poderá procurar a conciliação entre as partes envolvidas, proceder orientações e emitir relatório para o COREN-CE.

§ 1º - Ocorrendo à conciliação, a Comissão lavrará tal fato em ata específica.

§ 2º - Não ocorrendo conciliação, a sindicância seguirá seu trâmite normal.

**Art. 39** – Ocorrendo denuncia envolvendo um membro da Comissão de Ética de Enfermagem, o mesmo deverá ser afastado da Comissão, enquanto perdurar a sindicância.

**Art. 40** – Quando uns dos convocados não comparecer na data da sindicância, deverá apresentar justificativa junto a C. E. E. até três dias após a referida data. Se a justificativa não for aceita pela C. E. E, o fato deverá ser comunicado ao COREN-CE sob forma de denúncia, ficando assim sujeito às penalidades impostas.

## **CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 41** – Na desistência de um ou mais membros efetivos da C.E.E., estes serão substituídos automaticamente pelos suplentes, de acordo com o número de votos, comunicando-se o fato ao COREN-CE.

**Art. 42** – A ausência não justificada a mais de 3 (três) reuniões consecutivas e/ou alternadas excluirá automaticamente o membro efetivo, sendo convocado o suplente correspondente.

**Art. 43** – Havendo necessidade da presença de profissionais de outras áreas, os mesmos poderão participar dos trabalhos de sindicância na qualidade de convidados, comunicando-se o fato ao COREN-CE.

**Art. 44** – O COREN-CE, baseado nos resultados obtidos através dos relatórios enviados pela C.E.E. promoverá Seminários com os componentes da C.E.E. para orientações e esclarecimentos.

**Art. 45** – As determinações deste Regulamento terão efeito a partir da publicação da presente Decisão.

**Art. 46** – As Comissões de Éticas de Enfermagem já instaladas deverão adequar-se no que tange ao quantitativo opcionalmente, ou adequar-se na próxima gestão, no entanto toda matéria regulamentar da sindicância e encaminhamento de relatórios, ao COREN-CE, deverá ser modificada, na vigência desta Decisão.

Fortaleza-Ce, 21 de setembro de 2009.

**Álvaro Alberto de Bittencourt Vieira**  
COREN-CE N.º 20.813  
PRESIDENTE

**Gilvânia Ferreira Castro Grangeiro**  
COREN-CE N.º 25.582  
SECRETÁRIA